



REPÚBLICA DE CABO VERDE

INTERVENTION

DE

**S.E. M. ANTONIO PEDRO MONTEIRO LIMA,
AMBASSADEUR ET REPRESENTANT PERMANENT
DE LA REPUBLIQUE DU CAP-VERT**

**A L'OCCASION DU DEBAT GENERAL
DE LA 64^{ème} SESSION DE L'ASSEMBLEE GENERALE
DES NATIONS UNIES**

New York, le 29 septembre 2009

Excelência, Embaixador Ali Abdussalam Treiki,
Presidente da 64ª Sessão da Assembleia-geral,
Excelência, Senhor Secretário-geral das Nações Unidas,
Distintos Chefes de delegações,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

É com grato prazer que o felicito, Senhor Presidente, pela sua eleição à testa da Assembleia-geral.

Congratulo-me igualmente com o engajamento e o trabalho dedicado e corajoso desempenhado pelo seu predecessor, Padre Miguel D'Escoto Brockmann que deixou uma marca importante aos trabalhos da 63 sessão.

Ao Secretário Geral Ban Ki Moon, Cabo Verde manifesta a sua confiança em que continuará a dar alento as nossas aspirações e consolidar as fundações da Organização dedicada ao bem comum que ele dirige. Agradecemos-lhe pelo seu relatório exaustivo sobre as actividades da Organização.

Senhor Presidente,

A paz, a segurança e o desenvolvimento, como todos sabemos, são bens públicos essenciais para o progresso da humanidade. Porém, nunca estiveram, como hoje, tão ameaçados. Por isso gostaria de partilhar com essa magna Assembleia algumas das preocupações que assistem o meu país neste domínio.

O Primeiro-ministro de Cabo Verde Dr. José Maria Neves dizia aquando da 62 sessão desta Assembleia, e cito: “Nós Vivemos num tempo, em que os problemas e as ameaças dizem respeito a todos. Não se confinam a este ou aquele Estado, a esta ou aquela região específica. Tão pouco existem soluções locais para os desafios globais da nossa era.”

Referia-se ao terrorismo, à criminalidade organizada e ao tráfico humano, de armas e de droga que, em certos casos, ameaçam os fundamentos do próprio Estado de Direito Democrático. Dizia que “Esses fenómenos corrompem valores, comprometem o desenvolvimento e hipotecam os anseios mais legítimos de muitos povos que a eles se expõem. E não haverá respostas efectivas para tais questões fora de uma perspectiva multilateral forte, equilibrada e justa”.

Eu cito essas afirmações do Chefe do Governo de Cabo Verde por serem de muita actualidade e porque os temas evocados têm sido objecto de uma atenção cada vez mais dedicada da Comunidade Internacional. Cabo Verde e os outros Estados da África Ocidental estão a ser confrontados com o crime organizado que na nossa região encontra um terreno propício a suas investidas criminosas devido a fragilidade das nossas economias, a vulnerabilidade das nossas democracias emergentes e, em geral a fraca capacidade de resposta dos nossos Estados face a essa ameaça de vulto.

Com o apoio da ONU, nomeadamente da UNODC e a logística dos nossos parceiros, nós, os Estados membros da CEDEAO, estamos a colocar os nossos meios em comum para enfrentar esse tremendo desafio colocado a nossa sub-região. Pensamos em Cabo Verde que um pequeno país não pode permitir-se de uma vez ser pobre, vulnerável e instável. Por

isso procuramos consolidar as nossas vantagens, diminuir as nossas fraquezas e diversificar as nossas relações de parceria ao mesmo tempo que reforçamos as nossas relações de solidariedade em benefício da paz, da estabilidade e do progresso da nossa sub-região.

É assim que na Conferencia sobre o narcotráfico na nossa região e na Mesa Redonda sobre a reforma do sector de segurança na Guiné-Bissau, ambas realizadas na cidade da Praia, capital de Cabo Verde respectivamente em Outubro de 2008 e Abril de 2009, procuramos em conjunto, definir os parâmetros da nossa acção nesses domínios. Iremos continuar a dar uma atenção particular a essa ameaça, pois estamos convencidos que a zona de paz que estamos construindo no atlântico sul deve tornar-se uma realidade tangível se queremos alcançar os objectivos de milénio e em geral a vida de paz e progresso que almejamos todos.

Senhor Presidente,

Nesse contexto em que Estados e processos democráticos estão ameaçados por elementos exógenos, o multilateralismo aparece como uma retaguarda indispensável e um recurso essencial. Não tenhamos dúvidas que esse congregar de vontades e de meios entre países os mais diversos e regiões as mais dispersas no seio da comunidade internacional constitui a via acertada não só para o fortalecimento da cooperação entre essas entidades da vida internacional, a resolução atempada de diferendos dentro dos princípios e valores da ONU, como também, para o reforço do direito internacional indispensável a consolidação da paz e da segurança no mundo.

A ONU nesse quadro permanece o elemento central, como consciência colectiva que é da comunidade das Nações, dedicado a coordenação da nossa acção comum, favorecendo soluções consensuais e federativas. A revitalização do sistema das Nações Unidas aparece assim como uma exigência da nossa época, privilegiando a participação de todos em detrimento do unilateralismo, consolidando a sua eficiência em prol dos interesses comuns e procurando soluções que respondam as aspirações dos mais vulneráveis e das gerações presentes e futuras.

Em Cabo Verde, estamos dando a nossa contribuição nesse quadro, sendo um dos 8 países pilotos experimentando no terreno o processo “Delivering as ONE” que esta andando na via do sucesso com o seu programa único, o seu plano orçamental único, um único ofício e um só líder. Esse processo tem tido repercussões positivas na cooperação entre o Governo e as Agencias, Fundos e Programas da ONU trabalhando com Cabo Verde, dinamizando a coerência do programa, reduzindo as transacções e os custos administrativos, trazendo benefícios para todos.

Senhor Presidente,

Segundo a UNCTAD, espera-se que o GDP global diminua mais de 2,5% em 2009. O crescimento dos países em desenvolvimento abranda de 5,4 % em 2008 para 1,3% em 2009, significando redução do rendimento médio per capita. A par da estagnação e da redução do crescimento económico, registou-se nos países em desenvolvimento o aumento da pobreza, do desemprego, dos custos dos produtos de primeira necessidade e da

malnutrição. Face a queda drástica do investimento, existem fortes probabilidades de não serem alcançados os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio.

Prevê-se que em 2009, o comércio mundial reduza em pelo menos 11% em termos reais e em 20% em dólares correntes. Para o continente africano o prognóstico aponta para uma desaceleração importante do crescimento da produção em 2009, todavia, permanecendo positivo sendo previsto 3% na África do Norte e 1% na África subsaariana.

Os Países de rendimento médio e de baixa renda, nesse contexto desolador necessitam certamente de mais apoio na forma de um esforço coordenado internacionalmente para aumentar a assistência oficial ao desenvolvimento (APD).

A perspectiva de solução para a crise é significativa. Ela exige entre outro a necessidade de uma nova abordagem política que inclua a regulação do mercado financeiro. A reunião recente do G20 de Pittsburg traz alguns elementos de resposta. Com efeito, a gestão da crise, no contexto da globalização e interdependência, requer uma resposta integrada das partes constituintes assim como uma alteração do sistema financeiro global (instituições mais eficientes, políticas contra-cíclicas, melhor monitorização do risco e regulação institucional).

O documento final adoptado por consenso pela Conferência da ONU sobre a crise económica e financeira, de 24 a 26 de Junho de 2009, contém recomendações para combater a recessão económica e estabelecer práticas financeiras viáveis e seguras para além de indicar importantes áreas de intervenção tais como a saúde, a educação, protecção social (mulheres e crianças), segurança alimentar, desenvolvimento humano, sustentabilidade da dívida externa, ajuda ao comércio e a previsibilidade da ajuda pública ao desenvolvimento

Cabo Verde apesar da situação difícil criada pela crise económica e financeira, procura preservar os ganhos que já registou nos diferentes objectivos dos ODM graças a uma política prudente e pragmática e conta com os seus parceiros para ajudar na diminuição do impacto da crise no arquipélago.

Pensamos que todos os parceiros internacionais devem desenvolver acções conjuntas para ajudar a minimizar o impacto da desaceleração económica, especialmente nos países em vias de desenvolvimento e permitir a todos alcançar um desenvolvimento mais inclusivo, equitativo, equilibrado e orientado para a sustentabilidade económica por forma a ajudar a superar a pobreza e a iniquidade evitando uma possível crise humana sem precedente.

Senhor Presidente,

A Conferência de Alto nível sobre a mudança climática organizada pelo Secretario Geral na semana passada sobre as mudanças climáticas foi um sucesso indelmentável porque os Países Membros quiseram participar em grande número para reafirmar a sua firme vontade em ver esse problema vital tratado de forma real, convincente e urgente. Um Chefe de Estado entre os grandes países emissores afirmou que “se não agirmos agora, ninguém mais o poderá fazer jamais” reforçando assim o que os cientistas vêm demonstrando nos últimos

tempos: o nosso planeta está em serio risco de não poder mais assegurar a vida em toda a sua plenitude devido as consequências das mudanças climáticas e o tempo para agir é agora.

Os participantes dessa cimeira saíram certamente convencidos de que não há mais tempo para tergiversações. O momento é de acção concertada, coerente e sistemática para conseguirmos diminuir de forma convincente e consequente as emissões de gases com efeito de estufa, travar o aquecimento do planeta e evitar uma subida das águas do mar que põe em perigo vastas regiões costeiras do mundo e em particular os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento que apresentam uma vulnerabilidade acrescida e que vem sofrendo em primeira mão das consequências de uma situação em larga medida criada pelos países emissores. A AOSIS, de que faz parte Cabo Verde, adoptou, em conclave cimeiro no dia 21 de Setembro, aqui em Nova Iorque, uma Declaração esclarecedora das suas posições sobre os diversos pontos em curso de negociação no quadro da UNFCCC.

Cabo Verde é um arquipélago de reduzida dimensão física e demográfica, com uma localização geográfica que lhe confere simultaneamente isolamento oceânico e perigosa exposição aos efeitos das mudanças climáticas e do consequente aquecimento global. Como Estado Saheliano que é, de há muito que vem enfrentando a seca, a desertificação e a dramática escassez de água. Fenómenos esses que agravam o empobrecimento das populações, minam os esforços do governo e condicionam sobremaneira as acções desenvolvidas no quadro da preservação ambiental e do desenvolvimento humano.

Em Cabo Verde esforços aturados estão sendo desenvolvidos para tirar o melhor proveito das nossas bacias hídricas, poupando a água em qualquer circunstância e adoptando métodos de rega modernos com novas tecnologias. Vamos implementando uma política activa nesse sector com uma barragem numa das ilhas que dinamiza o sector agrícola local e promove melhores meios de subsistência para as pessoas do campo, ao mesmo tempo que desenvolvemos as energias renováveis em toda a extensão do país procurando atingir a meta de 95% de cobertura do território em energia eléctrica até 2011. Um Centro de Investigação e desenvolvimento de energias renováveis, para servir toda a região ocidental africana está em curso de instalação, em Cabo Verde.

A comunidade internacional e em particular os países desenvolvidos devem tudo fazer para apoiar as dinâmicas específicas de adaptação e atenuação dos efeitos da mudança climática desses Estados e permitir-lhes minimizar os riscos que pairam sobre eles no contexto actual, sendo sabido que alguns já estão confrontados com o problema de deslocalização de massa e de migrações forçadas.

Património da humanidade, o oceano representa para nós, Cabo-verdianos mais do que “uma mãe provedora ou uma amante exigente” é o nosso meio vital inspirador e civilizacional. Queremo-lo protegido. Queremo-lo preservado. Mas também com os países ribeirinhos do Oceano atlântico, em particular na sua extensão sul, queremo-lo espaço de intercâmbio e não de especulação, área de solidariedade activa e não de concorrência desregulada. Longe de fazer dele mais um elemento da ganância humana, tentemos preservar o seu valor único enquanto receptáculo precioso da vida e depositário das esperanças do planeta. Muito obrigado.